

O COMÉRCIO DE RUA NA FRONTEIRA NOVA DIMENSÃO DE UMA PRÁTICA TRADICIONAL*

*Neiva Otero Schaffer***

No processo de urbanização latino-americano e brasileiro a presença do comércio de rua é um fenômeno comum. Há mais de duas décadas sua expansão vem sendo apontada em metrópoles do País. O papel dessa atividade no conjunto das atividades econômicas, sua relação com a ocupação de trabalhadores urbanos e as perspectivas de renda geradas nesse âmbito da produção são questões polêmicas.

As referências ao comércio de rua e à presença de ambulantes em cidades do País, bem como os estudos realizados sobre essa modalidade de comércio em cidades do Rio Grande do Sul, indicam, para o contexto atual, novos aspectos que revestem e modificam as características mais tradicionais dessa atividade e seu papel na organização dos espaços centrais das cidades. Entre estes situam-se:

- a ampliação do número de camelôs em relação à população trabalhadora e o aumento significativo daqueles que se dedicam à venda de manufaturados (roupas, calçados, brinquedos, material esco-

lar, etc.), sobretudo de eletroeletrônicos (os "camelôs eletrônicos" que se abastecem no Paraguai), em relação aos que vendem artesanato, flores ou verduras e que predominavam até períodos recentes;

- a complexidade da trama de relações com a indústria e com o comércio regularmente estabelecidos e a extensão, sobre o território, da rede de abastecimento, definindo vínculos regionais de complementaridade econômica, anteriormente não registrados ou, pelo menos, não na intensidade atual;
- a fluidez espacial e a agilidade de deslocamento territorial de um dado segmento de ambulantes, acompanhando o fluxo de consumidores, como se verifica em relação aos locais de veraneio e à fronteira meridional do País, no momento presente;
- a diversidade e inconsistência de tratamento do poder público local (das municipalidades) na mediação dos interesses que conflitam as relações entre ca-

* Recebido para publicação em 30 de maio de 1994.

** Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 56 (1/4): 219 - 238, jan./dez. 1994

melôs e comércio formal e entre came-lôs e moradores; e

- a resistência que esta forma de ocupação representa à escassez de postos de emprego e às dificuldades impostas pelo estado à regularização do trabalho, para determinados segmentos da população urbana, bem como as perspectivas de acumulação que comporta para outros segmentos.

Entende-se, como Azevedo (1993, p.99), que a produção e as atividades informais não correspondem a situações transitórias, mas a "*...um fenômeno estrutural com características singulares, ...e que reflexões engajadas em uma realidade concreta bem podem contribuir para um conhecimento mais fino de questões teóricas relativas a seu funcionamento...*", na medida em que o setor informal é "*...uma construção social...*" cuja representação ocorre "*...no âmbito de conjunturas e de histórias locais*".

A partir desse entendimento, pretende-se, neste texto, situar alguns elementos do comércio de rua pertinentes ao seu crescimento e às suas características em relação à configuração tradicional, tomando como exemplo situações verificadas no Rio Grande do Sul e, em especial, o caso de Uruguaiana, principal centro de passagem de argentinos em trânsito no Brasil e onde houve o crescimento rápido da presença de camelôs¹, enquanto uma estratégia que penetrou a fronteira meridional acompanhando a forte desvalorização da moeda brasileira em relação à platina a partir de 1990.

PARA ENTENDER OS CAMELÔS: AS REFERÊNCIAS AO SETOR INFORMAL

Os estudos sobre o setor informal da economia urbana, segundo Cavalcanti (1987,

p. 499) e Barros (1988, p.105), foram introduzidos no Brasil no início dos anos 70. Ainda que tenham apresentado progressos, carecem de atualização, sobretudo em face das dimensões que vem apresentando o comércio de rua em muitos centros, mesmo não metropolitanos, e das interligações que mantém com outros setores da economia urbana e regional. Barros (1993) faz uma avaliação bibliográfica sobre o setor informal indicando a atenção especial que é dada à potencialidade do setor em oferecer condições de renda, com reduzido investimento em capital, a uma quantidade considerável de força de trabalho.

Enquanto uma revisão teórica, o trabalho de Azevedo (1985, p.7) retoma e discute diversos autores que trataram o tema, salientando as abordagens mais significativas, ao mesmo tempo em que aponta "*...o alto nível de generalização do que é chamado de setor informal, sendo ignorada, portanto, a grande heterogeneidade interna que ele apresenta*".

Cavalcanti (1987) reforça essa afirmativa. Admite que há uma "*...imprecisão conceitual e uma variedade de interpretações que fazem da noção de setor informal uma esfera de grandes embates teóricos, metodológicos e de pesquisa empírica*". Os diversos termos coletados pelo autor para o setor (economia subterrânea, economia oculta, irregular, invisível, negra, não-estruturada, desprotegida, tradicional, clandestina, informal, etc.) que inclui a venda de rua (o camelô), são, segundo ele, indicativos de uma economia que "*...obedece, em muitos casos, a regras de comportamento que fogem à racionalidade do modelo econômico convencional*" (p.500), economia esta que está mal conhecida e que "*...opera às claras, com múltiplas conexões, inclusive com os circuitos superiores...*". Para o autor (p.503) "*...a impressão que se tem no contato com a vasta literatura sobre o setor informal é a de que não se pensa a respeito*

¹ Os termos camelô e ambulante têm sido empregados sem maiores preocupações de delimitação conceitual para os vendedores que usam as ruas como espaço de trabalho. Em estudo sobre o setor informal na cidade de Lima, Soto (1986, p. 104) delimita o "comércio ambulante": "*...duas atividades definidas: a do vendedor que perambula pela cidade oferecendo produtos ou serviços sem um lugar fixo para se estabelecer, e a do comerciante que exhibe mercadorias ou presta serviços a partir de um ponto fixo na via pública. (...)* Conseqüentemente, o termo 'comércio ambulante' é ambíguo, dado que nem todos os 'ambulantes' perambulam, mas é a denominação mais difundida". Neste trabalho, o termo camelô será usado para designar vendedores de rua que ocupam regularmente um mesmo ponto de venda e também para todos aqueles que trabalham na área conhecida como "Baixada", em Uruguaiana, seja mantendo um ponto, seja perambulando na área para vender mercadorias.

nessa categoria como sendo algo tão extenso quanto parece ser na realidade".

Posição similar assume Sorj (1993, p.42) ao tratar o comércio de rua no Rio de Janeiro. Afirma que "...os ambulantes constituem uma categoria pouco conhecida sociologicamente..." e que hoje "...estão muito distantes da população típica do setor informal construída pelo senso comum e pelos estudos sociológicos da década de 70" (p.43). Para a autora, de modo geral, "...o setor informal é visto com as seguintes características: 1. ser receptáculo dos desempregados do setor formal da economia; 2. promover a sobrevivência em bases extremamente precárias; 3. permitir acesso fácil devido aos baixos níveis de exigência desta atividade; 4. atrair uma população com traços particularmente acentuados, como baixa escolaridade, recém-egressos do meio rural, mulheres, velhos e crianças" (Sorj, 1993, p.42). Tais características, segundo a autora, não mais correspondem ao perfil do universo de camelôs em atividade.

Para a maioria dos pesquisadores, sobretudo para os que publicaram seus trabalhos na década de 80, é acentuada a relação entre o aumento de ambulantes e a redução dos empregos no setor formal. Independente dos enfoques e do material empírico que sustentam a argumentação, naqueles estudos está presente a importância crescente do setor no que tange à ocupação de trabalhadores urbanos. Cacciamali (1989) assinala esse fato ao analisar trabalhos sobre o setor informal na América Latina e ao mostrar os dados sobre o crescimento do trabalho por conta própria entre a População Economicamente Ativa (PEA) urbana em todas as regiões do País, no período de 1979/86.

Baseada naqueles trabalhos, a autora questiona o enfoque majoritário que é dado ao papel do setor, enquanto espaço de ocupação de trabalhadores que não conseguem se vincular a um emprego no setor normal, por escassez dos mesmos. Nessa perspectiva, o setor informal, entre os quais se incluem os camelôs, "...tenderia a desaparecer (...) com o crescimento econômico". A autora (p.46) contrapõe-se a esse enfoque argumentando via forma de inserção na produção e pelo fato de que o setor possui "...um espaço permanente na teia das re-

lações capitalistas de produção". Da mesma forma posiciona-se Sorj (1993, p.42), para quem "...a análise do comércio ambulante ...não pode ficar presa à variável desemprego..." e que "...a grande maioria se desligou voluntariamente da ocupação anterior, o que contraria a afirmação de que este setor reúne os desempregados ou aqueles que não obtêm colocação no mercado formal".

Numa linha similar de raciocínio, Azevedo (1985, p.79) desenvolve sua argumentação. Para a autora "... a distribuição de mercadorias realizadas pelo pequeno comércio cria condições para o consumo de certos bens produzidos pelas empresas capitalistas por camadas que, de outra forma, não teriam acesso a eles. (...) Seria o caso dos camelôs, (...) Esses trabalhadores nada mais são do que uma espécie de extensão das empresas capitalistas, uma vez que se constituiriam em um último elo da cadeia de sua comercialização". Em trabalho mais recente, no qual trata da pequena produção manufatureira, Azevedo (1993, p. 98) critica a visão do setor informal como um desvio em relação à expectativa de um processo linear de modernização, que decorreria de "...uma concepção etnocêntrica e hierarquizada de desenvolvimento, fundada em uma imagem mítica dos países subdesenvolvidos".

O trabalho de Santos (1979), analisando a economia urbana tendo em vista a especificidade do espaço do Terceiro Mundo, representa uma referência indispensável. Os conceitos de circuitos (superior e inferior) da economia urbana dos países subdesenvolvidos e a caracterização que dos mesmos faz o autor, estão presentes na maioria dos trabalhos sobre o setor informal na economia urbana, já que fornecem indicadores indispensáveis para a análise sobre o comércio de rua nesses países.

O papel desse comércio no conjunto das atividades econômicas, sua relação com a ocupação de trabalhadores urbanos e as perspectivas de renda geradas nesse âmbito da produção são temas polêmicos. Vilorio (1991) é exemplar no sentido de questionar o conceito de "informalidade", de viés econômico, para as diferentes formas ("multiformalidade") de resistência e de sobrevivência das camadas menos favorecidas, e

de questionar a visão reducionista que relaciona informalidade com pobreza urbana, tão freqüentes nos estudos que tratam do tema.

O que se depreende da leitura dos trabalhos já elaborados é a complexidade e a diversidade de formas e enfoques que circundam a temática, a par de uma escassez de estudos concretos que procurem analisar suas diferentes manifestações e seus efeitos socioespaciais. As referências teóricas ao comércio de rua nas cidades latino-americanas conduzem, por outro lado, a raciocinar em termos de sua permanência e consolidação, em face do contexto econômico e do papel do estado (burocrata e tributarista). Este comércio posiciona-se como uma via alternativa à forte ingerência do estado na formalização e uma atividade produtiva e ao crescimento vagaroso dos setores ditos legais.

OS CAMELÔS NA FRONTEIRA: A SITUAÇÃO EM URUGUAIANA

Tratar da importância que assume o comércio na origem e no desenvolvimento de núcleos urbanos situados junto ou próximos às linhas de fronteira não implica nova contribuição. Bentancor (1993, p.2), ao tratar do comércio de fronteira generaliza, afirmando que "*...el sistema fronterizo se basa en el intercambio comercial (legal y ilegal). La base de este intercambio se nutre de las diferencias de: a) precios de las mercaderias por las diferentes escalas de las economias envueltas; b) del regimen cambiario; c) de las diferencias de costos; etc...*". Esse tipo de assertiva está presente em diversos autores.

Nesse comércio de fronteira e atuando paralelamente ao comércio regular, a presença dos camelôs nunca foi um fenômeno alheio à fronteira. Não há registros, no entanto, de que eles tenham chegado a constituir mais que alguns elementos esporádicos no conjunto dos trabalhadores daquelas cidades. Porém, o que se verifica nos últimos anos é o estabelecimento de bancas/pontos de vendas com uma freqüência maior, mar-

cando determinadas áreas e promovendo o debate quanto à sua permanência e quanto à legalidade dessa função. Não são raros os conflitos com o comércio formal.

Em relação ao Rio Grande do Sul, como situação concreta de análise neste trabalho, há uma face específica do comércio de rua na fronteira a ser considerada. Ao comércio regular efetuado ao longo da linha de fronteira com o Uruguai e com a Argentina, desde os primórdios da ocupação territorial, associa-se, no momento, uma situação cambial privilegiada para compras no Brasil, o que tem intensificado o comércio de fronteira. Esta intensificação comercial, por sua vez, faz com que um número significativo de camelôs convirjam para essas cidades fronteiriças, influenciando na evolução das mesmas.

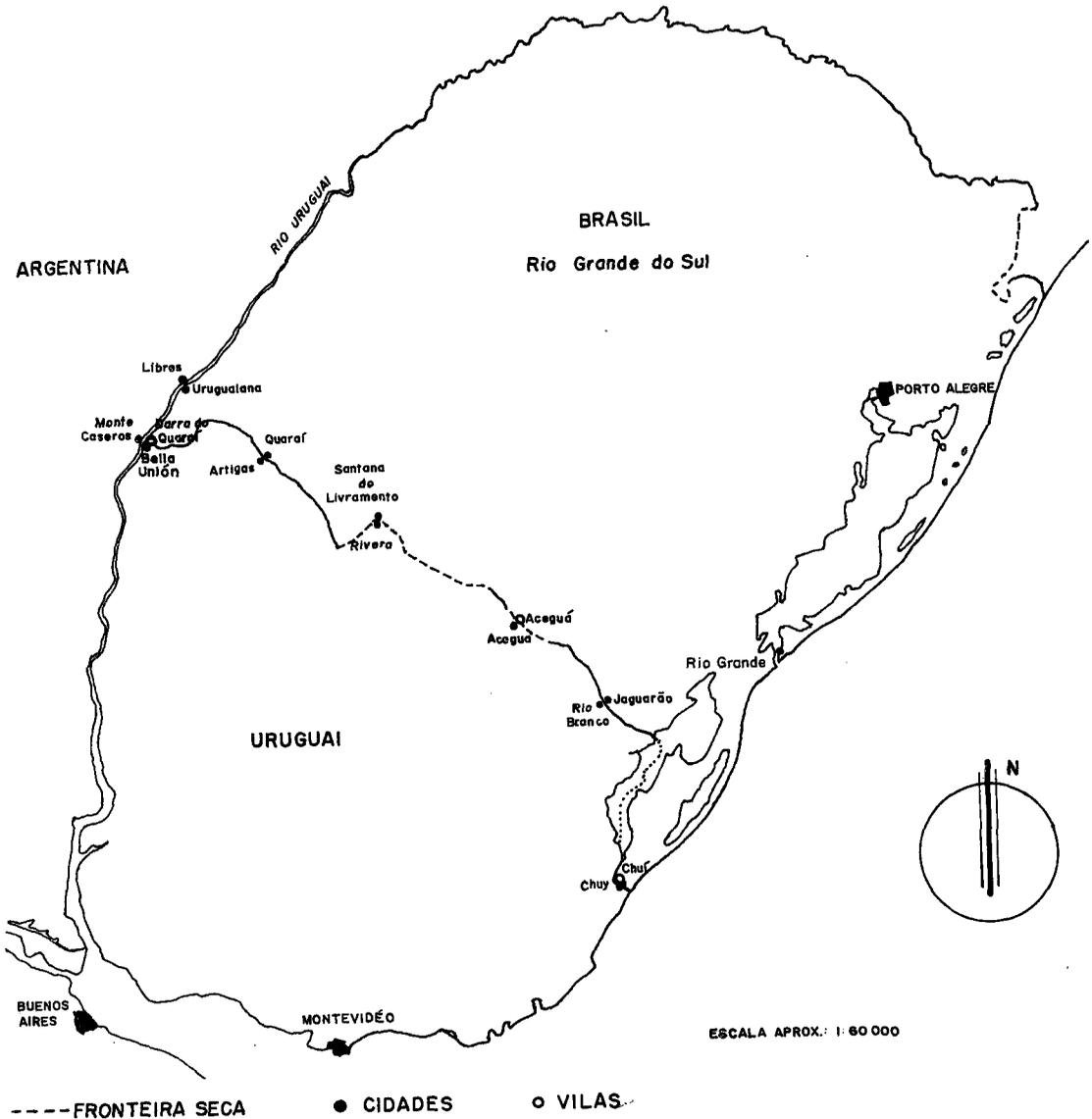
Na fronteira meridional do Rio Grande do Sul, é em Uruguaiana, cidade localizada junto ao rio Uruguai e a segunda maior cidade brasileira na fronteira com a Argentina, que o aumento dos camelôs assume um caráter excepcional, com reflexos de diversas ordens sobre a estrutura e o funcionamento da cidade.

No Mapa 1 estão indicados os núcleos da fronteira meridional do Rio Grande do Sul, além da Capital e da cidade de Rio Grande, citadas no texto para comparação com Uruguaiana.

Soto (1986, p.102), ao analisar os dados estatísticos referentes aos ambulantes existentes em Lima, em 1985, conclui que "*...a contribuição do comércio ambulante para a economia do País é considerável*". Eram 91 455 ambulantes para uma população de mais de 4 milhões de habitantes, ou seja, havia um ambulante para cerca de 50 habitantes. Em Uruguaiana, em 1992, esse valor correspondia a um camelô para menos de 20 habitantes, o que dimensiona o setor na cidade.

Os camelôs que hoje atuam em Uruguaiana correspondem aos vendedores de rua que Santos (1979, p.172) denomina de "*sedentários*", isto é, aqueles que têm um local fixo de vendas, que têm um ponto em calçada ou que perambulam exclusivamente pelas ruas centrais da cidade.

MAPA 1 NÚCLEOS URBANOS NA FRONTEIRA BRASIL - URUGUAI



Tanto em Uruguaiana como na cidade argentina próxima (Paso de los Libres), até o início dos anos 80, a presença de ambulantes acompanhava o movimento pendular do

comércio de fronteira, definido pelas variações cambiais. Estabeleceram-se nas áreas mais próximas à ponte internacional, isto é, junto ao principal fluxo de eventuais

compradores, em território do País cuja moeda estivesse momentaneamente desvalorizada. Comercializavam basicamente os produtos de seus respectivos países². Essa "economia básica flutuante" resulta, então, da forte dependência da fronteira para com a desvalorização da moeda que, sob a forma de "crise", chega rapidamente a uma das fronteiras e vivifica, de forma aparentemente paradoxal, as atividades de comércio que ali se desenvolvem. No dizer de um comerciante local: *"...a fronteira vai bem quando o país está mal"*. A depreciação da moeda nacional atrai compradores do país limítrofe e favorece o comércio e os serviços locais.

Em Uruguiana, o comércio realizado por camelôs e envolvendo centenas de pessoas existe há mais de uma década, conforme Pires e Lopes Filho (1993, p.2). Estes autores historiam o surgimento do "camelódromo": *"No começo as pessoas vendiam suas mercadorias no centro da cidade, oferecendo-as nas mãos ou estendidas nas calçadas. Há cerca de dois anos foi determinado que os camelôs deveriam vender em um só local... Foi escolhido um local para que fosse feito um camelódromo, mas não havia no centro uma área para abrigar tantos camelôs. Primeiramente foram cadastrados 500..."*.

Portanto, foi a partir do início dos anos 80, com melhores condições de compra para a moeda argentina, que os camelôs passaram a se concentrar em Uruguiana, ocupando as ruas que dão acesso à ponte. Os três últimos anos (1991 a 1993), com situações de maior valorização do peso argentino, responderam pelo aumento do número de barracas no lado brasileiro, muitas das quais atendidas por camelôs que não são naturais da cidade, mas que provêm de migração recente para a cidade³. A atuação desses camelôs gerou a formação de uma área identificada como "Baixada".

OS CAMELÔS EM OUTROS NÚCLEOS DO SUL DO ESTADO

Ainda que neste texto pretenda-se destacar a presença de camelôs em Uruguiana não é irrelevante, porém, o crescimento desse segmento em outros núcleos da fronteira. O estudo de Albornoz (1993) aponta as características recentes de localização e expansão dos camelôs em Sant'Ana do Livramento e Quaraí - cidades conurbadas, respectivamente, com Rivera e Artigas, no Uruguai. São numerosos também os camelôs em Jaguarão e na vila do Chuí.

Fixam-se junto à linha divisória em Sant'Ana do Livramento. Misturam-se camelôs brasileiros e uruguaios sem preocupação com os limites territoriais. A maioria das barracas está no Brasil, mas 57% delas é atendida por uruguaios (riverenses). Destes, por sua vez, 30% moram em Sant'Ana do Livramento aproveitando as melhores condições, no momento, para aluguel/compra da moradia no lado brasileiro, peculiaridade muito própria de uma "fronteira seca", como ali ocorre. Em Quaraí, apesar da prefeitura ter estabelecido um local para o comércio de rua, os camelôs procuram a proximidade da ponte entre as duas cidades.

Ambas as cidades (Sant'Ana do Livramento e Quaraí) salientam-se pelo crescimento no número de barracas em relação a períodos precedentes e pelo aumento do número de camelôs em relação à população trabalhadora, quando comparadas com outros centros urbanos gaúchos, não fronteiriços. No entanto, nelas, o número de camelôs fica muito aquém dos que atuam no comércio de rua em Uruguiana. Tal fato pode-se observar na tabela que segue e que indica a relação entre o número de habitantes e de camelôs em algumas cidades do estado.

² Os trabalhos sobre ambulantes até a década de 80, ao indicarem as mercadorias comercializadas, apontam alimentos, roupas de baixa qualidade, artesanato. Os textos atuais salientam a presença majoritária de produtos industrializados e dos "eletrônicos importados", demonstrando a alteração da fonte de abastecimento: da produção doméstica, informal, para a indústria sediada em pontos distantes do território e, mesmo, fora do Território Tacional.

³ Os levantamentos de campo para o trabalho foram realizados no período de agosto a outubro de 1992. Foram aplicados 64 questionários entre camelôs estabelecidos em Porto Alegre e 65 em Uruguiana e que trabalham com os mesmos produtos. Em Uruguiana, além dos questionários, foram realizadas 12 entrevistas não-diretivas com camelôs. Para a aplicação dos questionários houve a participação de alunos da disciplina Geo-181 do Departamento de Geografia da UFRGS. Os demais dados foram obtidos através de entrevistas com lojistas, consumidores, sindicato e junto às prefeituras locais.

ÁREA OCUPADA PELOS CAMELÔS EM LIVRAMENTO E JAGUARÃO

Martins (1993), identificando o crescimento de camelôs no centro da cidade de Rio Grande, aponta menos de 80 camelôs para uma população de cerca de 150 mil habitantes. Segundo o autor "...situam-se na Praça Tamandaré. Embora ocupem essa área, o alvará obtido junto à Prefeitura indica, como área permitida para atuação, vilas e bairros da cidade". A presença do balneário de Cassino, bairro da cidade, comporta uma realidade diferenciada: a do camelô que acompanha o fluxo de veranistas (consumidores) e atua no período de férias (dezembro a março). Naquele balneário, de acordo com o mesmo autor, há três áreas onde os camelôs se fixam: uma no "calçadão", com alvará municipal para o funcionamento de 30 barracas, e outras duas áreas privadas: o estacionamento de um supermercado, onde atuam cerca de 80 camelôs, e um terreno da igreja católica, com cerca de 60. Nesses dois casos os camelôs pagam um aluguel pelo espaço que utilizam (Tabela 2).

A presença de camelôs que não são naturais da cidade onde trabalham é bem maior nas cidades da fronteira e na capital

(20 a 40% do total). É significativa ainda a informação sobre o caráter recente dos camelôs na fronteira. A maior parte deles está no "ponto" há menos de três anos. Por outro lado, é entre eles que se observa uma maior ocorrência de troca ou transferência do ponto original.

COMÉRCIO DE RUA: POBREZA URBANA OU RESISTÊNCIA E ACUMULAÇÃO?

Se a estatística quanto ao número de barracas e de camelôs é difícil de ser feita, sobretudo naqueles centros onde houve expansão desses vendedores, a obtenção de dados sobre a rentabilidade desse comércio de rua é quase impraticável. As possibilidades de informações seguras obtidas em pesquisa por amostragem são restritas. As respostas são evasivas, quando não propositalmente distorcidas.

É comum que, em teoria, o comércio de rua esteja associado a situações de pobreza do morador urbano. O quadro de deterioração econômica da América Latina, associado a um padrão de distribuição espacial da população que privilegia a concentração urbana, tem sido apontado por diversos autores como fator de promoção do setor in-

TABELA 2
NATURALIDADE DOS CAMELÔS E OCUPAÇÃO DOS PONTOS,
EM NÚMEROS RELATIVOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1993

MUNICÍPIOS	NATURALIDADE DOS CAMELÔS (%)	OCUPAÇÃO DOS PONTOS (%)	
		Com 3 anos de ocupação	Com 1 ocupante
Porto Alegre (1)	60	23	85
Uruguaiana (1)	64	83	64
Sant'Ana do Livramento/Rivera	78	83	60
Quaraí	66	80	60
Rio Grande	95	38	70

FONTE - Bibliografia:

NOTA - Os dados sobre Rio Grande são de Martins (1993) e os de Sant'Ana do Livramento/Rivera e Quaraí são de Albornoz (1993).

(1) Dados obtidos em amostra realizada em outubro de 1992.

formal e, nele, o do comércio de rua, nas últimas décadas.

Nessa perspectiva de pobreza urbana, Santos (1979, p.36) afirma que no circuito inferior, onde se inclui a atividade dos camelôs *"...a margem de lucro vai diretamente para a subsistência do agente e de sua família"*. Já Cacciamali (1989, p.34) apresenta outra abordagem. Para a autora as atividades informais *"...não obrigatoriamente estão associadas a baixos níveis de renda, encontrando-se mais vinculadas a estratégias de sobrevivência e de ascensão social de uma parcela da população com características específicas"*.

Se a argumentação de Santos é válida para alguns dos camelôs localizados em Uruguaiana, a situação não pode ser generalizada. Com frequência, essa atividade vai bem além da subsistência, permitindo um variável nível de acumulação e aproximando-se das colocações de Cacciamali (1989, p.25-48). Nesse caso estão os agentes indiretos envolvidos no funcionamento do "camelódromo", como os atacadistas e outros intermediários. Estão, também, aqueles que são proprietários de lojas na cidade, e mesmo em outras cidades da fronteira, e que agenciam vendedores, mantendo um controle sobre várias barracas. Estão, ainda, os que se envolvem em atividades paralelas ao comércio de rua, como é o caso do tráfico de drogas e da prostituição.

As possibilidades de ganhos nesse comércio não permitem situá-lo, exclusivamente, como uma mera estratégia de subsistência dos setores mais desprotegidos, ainda que grande parte dos trabalhadores de rua estudados incluam-se nesses casos. Há diversos elementos facilmente identificáveis que apontam no sentido da acumulação. No caso da cidade em estudo, o valor de negociação dos imóveis e de obtenção dos pontos no "camelódromo", a renovação urbana na área e o nível de consumo de alguns camelôs são sugestivos de processos que fogem à situação de mera resistência à escassez de trabalho.

O valor de "venda" do ponto e da barraca, que girava entre um mil e 20 mil dólares, em

1992⁴, bem como o aumento continuado do número de vendedores (cerca de seis mil barracas nos finais de semana, um pouco menos nos demais dias, quando em Porto Alegre, com uma população 12 vezes maior que Uruguaiana, o número de camelôs não chega a 1 000), indicam o papel que a venda de rua vem assumindo, enquanto atividade econômica urbana naquele ponto da fronteira.

O que se verifica com a expansão dos camelôs em Uruguaiana, especificamente, aponta para algumas estratégias de acumulação, ainda que as de sobrevivência estejam presentes no trabalho individual e, não raro, familiar nas barracas. A grande maioria dos camelôs trabalha por conta própria. Mais de 90% deles trabalham sozinhos ou com até mais um companheiro de ocupação que, via de regra, é membro da família. Há, no entanto, camelôs que declaram sua vinculação funcional a empresários do setor formal, mesmo que não disponham de registro ou vínculo empregatício. A situação é similar em Porto Alegre.

O levantamento realizado entre camelôs de Uruguaiana e entre os que têm ponto no centro de Porto Alegre, bem como os trabalhos de Albornoz (1993) e Martins (1993), cujos resultados estão indicados nas tabelas anteriores, orientam algumas reflexões quanto ao perfil desses trabalhadores.

O que difere, de forma clara, os camelôs que atuam em Uruguaiana e os que estão estabelecidos em Porto Alegre é o tempo de ocupação do ponto e o rodízio do mesmo entre eles. Naquela amostra, de 65% do total de camelôs estabelecidos em Uruguaiana, estavam no ponto há menos de um ano, indicando o caráter extremamente recente e rápido de implantação desse comércio de rua. Outro aspecto a considerar diz respeito ao manejo da propriedade ou domínio dos pontos. A grande maioria dos camelôs entrevistados em Porto Alegre estabelecera seu ponto de vendas em locais onde antes não era exercida essa atividade. No caso dos de Uruguaiana, um número significativo (36%) havia adquirido o ponto de outro usuário, pagando por esta "transferência", conforme depoimento dos mesmos.

⁴ Soto (1986) aponta valor em torno de US\$ 1 000 para a transferência de ponto em área central da cidade de Lima.

Em parte, essa situação se explica através da origem (naturalidade) dos camelôs e da busca de certa segurança, através da utilização da "Concessão do Uso de Área" ⁵, obtida pela "compra" desse documento de um camelô que o tenha conseguido na Prefeitura Municipal, por ser residente e atender aos critérios estabelecidos pela municipalidade.

Enquanto na capital 91% dos camelôs nascidos fora da cidade viviam na mesma havia mais de 10 anos e 100% havia mais de cinco anos, em Uruguaiana esses valores eram de, respectivamente, 47% e 63%. Quase 40% deles vivem na cidade há menos de cinco anos e, destes, uma quarta parte chegou à cidade há menos de três anos. Na maioria destes casos, o tempo de trabalho no "camelódromo" coincide com o tempo de residência na cidade. Entrevistas realizadas exemplificam essa migração direcionada ao comércio de rua e situam atuais residentes que, naturais da capital, deslocaram-se para a fronteira com a decisão de - e os recursos para - instalar-se na "Baixada".

Nesta origem está um elemento diferenciador em relação aos dados sobre os camelôs levantados em estudos sobre outras cidades do estado. Há uma migração para essa cidade que se reflete, em parte, na taxa de crescimento demográfico recente de Uruguaiana, superior à taxa média do estado e às taxas das demais cidades fronteiriças. Na amostra realizada, foi possível verificar que 35% dos camelôs não são naturais da cidade. Destes, uma quarta parte é estrangeira. Entre os migrantes de origem estrangeira predominam os palestinos, o que não é uma ocorrência incomum na fronteira gaúcha, bem como os platinos. Aqueles que a população local denomina genericamente de "coreanos" resultam de uma migração de comerciantes que se origina em

São Paulo. Nesse caso, nem todos são efetivamente estrangeiros, mas brasileiros descendentes de coreanos.

A questão do emprego/desemprego é polêmica em relação à expansão desse comércio. O contato com os camelôs põe em pauta a noção de atividade temporária, daquilo que se faz na lacuna do emprego, no espaço do desemprego. Para muitos deles nunca houve o emprego formal, sempre houve trabalho. Para outros, as perspectivas de trabalho assalariado responderiam por ganhos situados entre um e dois salários mínimos ⁶, em face da baixa qualificação do trabalhador e da escassez de empregos. As informações sobre essa questão, embora difíceis de serem obtidas, indicam que a revenda dos produtos adquiridos em viagens semanais ao Paraguai, com mínimos investimentos, representaria uma renda mensal de cerca de cinco a sete vezes o salário mínimo nacional, permitindo, ainda, tempo livre para envolvimento em outras fontes de renda.

Há que se considerar, também, o trabalho de menores, de aposentados e de pensionistas, que complementam a renda individual e/ou familiar com participação nesse comércio. Pires e Lopes Filho (1993, p.4) analisam o trabalho dos menores na "Baixada" e os efeitos decorrentes dessa ocupação para o rendimento e a evasão escolar na cidade. Segundo os autores muitas crianças e adolescentes *"...trabalham neste comércio e dele sobrevivem, trabalhando como vendedores, como guardadores de mercadorias, como guardadores de carros e em outras funções..."*. Segundo os autores, parte desses menores. *"...não sabem ler, mas entendem muito bem de dinheiro, até mesmo de dinheiro de outros países, como o dólar ameri-*

⁵ A "Concessão de Uso de Área" é uma permissão de uso de espaço público (calçadas), concedida a pessoas que residam há mais de um ano na cidade e que preencham o cadastro específico. Implica o pagamento à Prefeitura Municipal de uma taxa mensal calculada segundo a metragem da barraca e que toma por base para o m² a UPR (Unidade Padrão de Referência), que era de cerca de 10 dólares em outubro de 1993, o que representa uma receita adicional aos cofres públicos.

A análise de Soto (1986, p.112) sobre os ambulantes de Lima, ao abordar o que se refere à segurança e à necessidade de reconhecimento formal da atividade, indica uma forma de pagamento de imposto municipal denominado *sisá*, que confere ao indivíduo o direito de exercer o comércio sobre ruas e calçadas, sem dar-lhes qualquer direito sobre aquele espaço (direito de uso, mas não direito de posse). Segundo o autor, corresponde a um instrumento valioso de segurança e estabilidade e, por isso, os ambulantes mostram-se atentos ao pagamento e ao porte do recibo. Por outro lado, as autoridades têm interesse na *sisá*, porque o valor cobrado por m² de área de uso concedido aos ambulantes é superior ao cobrado aos comerciantes regularmente estabelecidos, representando uma receita não desprezível.

⁶ Salário mínimo, no Brasil, em cerca de 70 dólares à época da aplicação dos questionários (outubro de 1992).

cano, o peso argentino, o peso uruguaio. Pelo nosso cruzeiro real não demonstram interesse". A análise é exemplificada com o estudo de diversos casos. Desses exemplos cabe retirar o de um adolescente responsável pela montagem diária da barraca e carregamento de mercadorias, cujo rendimento semanal era de US\$ 50, o que diz bem do valor desse trabalho para a renda familiar e explica seu afastamento da escola.

O trabalho no "camelódromo" de Uruguaiana representa, como nas demais cidades, fonte de renda básica ou complementar a uma parcela significativa da população ativa do município: cerca de 5% diretamente, um percentual maior se somarmos os dependentes. Ainda que o emprego seja visto como um caminho de maior segurança (férias, garantia de renda mensal via remuneração, previdência) não vislumbram e não expressam a intenção do vínculo regular, em face das colocações anteriores. O trabalho, em grande parte dos casos, mal garante a sobrevivência e se faz em condições bastante duras, em que o trabalhador está sujeito às intempéries e à insegurança do trabalho não-regular (*"Todo o dia a mesma coisa, montar e desmontar tudo"*. Pires e Lopes Filho; 1993, p.3). No entanto, na maioria das entrevistas houve rejeição à idéia do emprego, por diversas razões: rendimento corroído pela inflação ao final do mês, consciência da baixa qualificação para aspirar a funções de melhor remuneração, sujeição a horários e padrões. Não há, nesses termos, a intenção do emprego regular, o que corresponde ao que afirma Barros (1988, p.110) de que *"...não se pode considerar adequadamente o ambulante como um refúgio temporário ao desemprego"*.

Nesse entendimento pensar a temporalidade do "camelódromo" é, no mínimo, problemático. A perspectiva formal do emprego/salário ou de investimento/lucro, presente nas classes médias e nas análises acadêmicas, toma aqui outra dimensão: a de ocupação e renda.

O INTRA-URBANO: OS IMPACTOS DO "CAMELÓDROMO"

A análise das transformações geradas no ambiente urbano pela presença concentrada de camelôs toma caráter diferenciado em cada cidade, mesmo que ocorram situações comuns. A área hoje tomada pelos camelôs, em Uruguaiana, serve de exemplo das transformações decorrentes desse uso.

A área primitiva de ocupação junto à Ponte Internacional, que liga Uruguaiana à cidade argentina de Paso de los Libres, rompeu seus limites, o que resultou na expansão dos camelôs sobre as calçadas das quadras próximas, num avanço que se direcionou à própria área central da cidade.

As primeiras barracas fixaram-se na rua Vasco Alves (mapa que segue), com riscos de acidentes para vendedores e compradores, visto que naquele trecho passam os trilhos da via férrea. Dali estenderam-se sobre as ruas perpendiculares (Flores da Cunha, Conde de Porto Alegre, Sete de Setembro, General Câmara e Domingos de Almeida). Ocupando a Duque de Caxias formaram aí a maior concentração de barracas, a ponto de resultar o fechamento do trânsito do trecho entre a Vasco Alves e a Monte Caseros. Mas os pontos de venda continuam avançando em direção à rua Tiradentes, quase chegando à praça. Nesta quadra há um permanente controle, através de policiamento, para que os limites da ocupação não sejam ultrapassados e que os camelôs não venham a tomar a área central (praça e calçadão).

É grande o número de barracas que se aglomeram naquelas quadras. Adensam-se, tornando quase inviável sua contagem efetiva no movimento dos compradores. Soma-se a essa dificuldade a variação diária do número de barracas por fatores diversos: condições de tempo; maior circulação de moeda em final de semana e de mês ou por desvalorização maior do cruzeiro; proximidade de alguma data festiva, como Natal. A presença de ambulantes, que circulam carregando suas mercadorias para venda, é outro complicador. A estatística dos envolvidos com esse comércio torna-se, assim, problemática (Figura 2).

FIGURA 2
 ÁREA OCUPADA PELOS CAMELÔS EM URUGUAIANA

URUGUAIANA - área central



A área hoje tomada pelos camelôs, na cidade, cobre mais de uma dezena de quadras de forma contínua. Em parte delas tornara-se inviável o trânsito de veículos⁷, porque os pontos de venda ocupam tanto as calçadas quanto os leitos das ruas. Também a circulação de pedestres é problemática, devido à aproximação das barracas. As situações de violência e de tráfico de drogas, que com frequência a população associa ao crescimento deste comércio, geraram a denominação de "Baixada Fluminense" ou simplesmente "Baixada" para a área da cidade ocupada pelos camelôs, numa referência à

área do País que é identificada nacionalmente pelas situações de criminalidade e violência.

Evitando esse termo de cunho pejorativo, a imprensa local tem preferido o termo "camelódromo" ao referir-se à área ocupada pelos vendedores de rua, ainda que os termos "Baixada" e "Baixada da Duque" (neste caso uma referência à topografia daquela via) sejam de uso mais corrente.

O estabelecimento dos camelôs conduz a uma primeira inferência no sentido da desvalorização dos imóveis para uso residen-

⁷ Acerto entre a Prefeitura Municipal e a Associação daqueles trabalhadores, em 1993, possibilita atualmente a circulação de carros de polícia, bombeiros e ambulâncias.

cial, função de todas as quadras até o surgimento dos primeiros pontos, no início dos anos 80. As barracas nas calçadas, impedindo inclusive o acesso aos portões das moradias (a maioria delas de bom padrão construtivo, visto tratar-se de área central da cidade), o movimento contínuo, o barulho e a sujeira ao término do dia, não correspondem à qualidade de ambiente desejado para o espaço de morar.

Desfazer-se das residências tem sido uma prática comum entre os proprietários. Mas, a possibilidade de venda concretiza-se com certa facilidade e a valores compensadores, sobretudo para os imóveis mais simples, já que os próprios camelôs (ou agenciadores de) interessam-se pela aquisição da área construída. Informações colhidas junto a proprietários e à prefeitura local indicam valores em torno de US\$50 mil para a compra de propriedades simples, o que seria inegociável não fosse a perspectiva de uso comercial das propriedades. Dessa forma, as propriedades passam imediatamente a abrigar comércio.

Assim, como um dos efeitos espaciais imediatos à implantação/expansão da "Baixada", ocorreu o processo de depreciação das construções próximas para o uso residencial e sua valorização para o comércio, promovendo uma rápida alteração do uso do solo nas quadras tomadas pelas barracas. Num curto espaço de tempo, as moradias transformaram-se em pontos de venda, em pequenos comércios. Ampliada a porta de entrada, cada propriedade e, em alguns casos, cada peça da residência constituiu-se numa nova loja. Não raro, as propriedades interligaram-se dando a idéia de galerias.

Nas peças dos fundos é comum que se abriguem os próprios camelôs, visto que parte deles, como já foi apontado, não é natural da cidade, mas ali está movido por uma migração recente de diferentes pontos do estado, do País e mesmo do exterior. Uma prática comum tem sido também o aluguel de garagens, utilizadas como lojas. A construção próximo à "Baixada" de galerias comerciais, envolvendo um setor imobiliário, é outra prática espacial associada a esta expansão do comércio de rua naquela cidade (Foto).

FOTO



Na rua Duque de Caxias, em Uruguaiana (RS), as barracas dos camelôs ocupam integralmente as calçadas e o leito da rua.

CAMELÔS X COMERCIANTES X CONSUMIDORES

A aproximação física dos camelôs resulta de uma estratégia de atração aos compradores. Beneficiam-se na concorrência. Significa, também, um procedimento de autodefesa que os torna mais fortes ante o comércio formal. Este, ao sentir-se prejudicado, hostiliza os camelôs e mobiliza o poder público. O aspecto autônomo desse comércio de rua e seu caráter invasivo, conforme Costa (1989, p.114) *"...acabam por gerar uma relação conflituosa com o poder público e as instâncias sociais"*.

Para os comerciantes regularmente estabelecidos os camelôs representam uma concorrência insustentável. Diversas alegações são colocadas na busca da erradicação ou da realocação do "camelódromo": não pagamento de taxas e impostos, aquisição irregular de mercadorias, ocupação ilegal de espaço público, sujeira e transtorno à área central, insegurança.

Se a relação com o comércio regularmente estabelecido tem o conflito marcado pela concorrência e pela diferente participação nos encargos da municipalidade, a relação com a sociedade local, vista sob o ângulo de residente e de consumidora, é ambígua. De uma parte, os moradores expressam uma preocupação com questões como a preservação de uma certa qualidade do espaço central, em termos de patrimônio, circulação e segurança, apresentando reservas e mesmo oferecendo resistência aos camelôs em face da transformação do espaço e em face dos problemas vinculados a drogas, assaltos e prostituição. De outra, reconhecem o papel dessas vendas na redução do custo final dos produtos, na medida em que os atuais consumidores não mais restringem aos provenientes dos setores de baixa renda.

A possibilidade de comprar bens diversos de origem industrial, com valores bem abaixo dos praticados no comércio, é absorvida por todas as camadas. No caso de Uruguaiana, não raro o próprio comércio local, forçado pela concorrência dos camelôs, apresenta preços menores que em cidades próximas, direcionando o comércio regional para aquele ponto da fronteira.

A venda de produtos contrabandeados do Paraguai⁸, via compras em Ciudad del Este, é feita por grande parte dos camelôs. A evolução das cidades da fronteira está pontilhada por eventos que indicam a importância do comércio e do contrabando, mas nunca o mesmo se fez de forma tão ampla como se verifica naquele comércio de rua.

O reduzido número de estabelecimentos industriais na cidade não condiz com a diversidade de mercadorias oferecidas e com a quantidade de produtos que, sabidamente, provêm do Paraguai, sob a forma de contrabando. Para abastecer esses vendedores, associa-se um outro fenômeno novo à cidade: a presença de "atacados". Na verdade, são entrepostos que repassam aos camelôs os produtos que irão ao consumo através da venda de rua. Esses atacados tanto são extensões de indústrias regularmente estabelecidas no País, como é o caso das têxteis de Santa Catarina, quanto depósitos de intermediários que negociam produtos da indústria nacional e estoques obtidos na fronteira paraguaia.

Martins (1993), tratando do abastecimento dos camelôs que atuam no centro de Rio Grande e tomando por base as declarações dos mesmos, diz que São Paulo e Paraguai representam as principais áreas de abastecimento (65%); 25% se abastecem na própria cidade. No entanto, o autor alerta que *"...embora os ambulantes insistam que seus produtos são comprados em São Paulo, existem claras evidências de que se tratam de produtos adquiridos no Paraguai"*.

A análise de Martins (1993), sobre Rio Grande, e a de Albornoz (1993), sobre Sant'Ana do Livramento e Quaraí, reforçam essa vinculação

⁸ Conforme Bendlin (1992), o Paraguai tem-se destacado, nos últimos anos, por sua economia aberta. Segundo a autora *"...las fronteras de nuestro País se han desdibujado, y una economía informal subterránea se ha desarrollado hasta adquirir dimensiones impresionantes"*. Essa estrutura tem permitido o ingresso, através do contrabando de fronteira para o Brasil, de produtos manufacturados provenientes, sobretudo, dos novos países industrializados do leste asiático e que são comercializados através do comércio de rua.

espacial: Paraguai (Ciudad del Este) e São Paulo (capital) funcionam como as áreas de abastecimento. A informação de que se abastecem na própria cidade, quando visivelmente a mercadoria é "importada" mascara duas situações: a prática do "bate e vira" ou "bate e volta"⁹ e a compra em intermediários que mantêm estoques de produtos "eletrônicos" para o abastecimento dos camelôs.

A possibilidade de ampliar o poder aquisitivo da renda familiar, através das compras feitas no Brasil, é a razão maior do grande número de argentinos entre os compradores do "camelódromo" em Uruguiana. A diversidade de mercadorias e a origem de grande parte delas, provenientes da aquisição no Paraguai de uma vasta gama de produtos da indústria eletroeletrônica estabelecida fora da América, aproximam o consumo da população local (argentina e brasileira) de padrões que não correspondem aos dos itens básicos à sobrevivência das camadas menos favorecidas apontados nos textos que abordam esse setor do circuito inferior. Esses vendedores (identificados na imprensa como "camelôs eletrônicos") diferenciam-se, assim, daquele modelo tradicional de comércio centrado em bancas, barracas ou estandes para venda de gêneros alimentícios, de artesanato e de roupas e calçados de baixo padrão de elaboração, que está na origem mesmo do termo camelô.

A afirmativa de Santos (1979, p.28) de que *"...a participação num consumo 'moderno' tem a tendência de atingir mais e mais indivíduos, mesmo se essa participação é parcial ou ocasional nas camadas menos favorecidas..."* encontra, na expansão desse setor de comércio naquela cidade, a forma concreta de realização dessa participação.

A grande maioria dos aspectos que, segundo Santos, dá o caráter ao circuito inferior da economia urbana é encontrada na prática dos camelôs concentrados em Uruguiana. É o caso do baixo investimento em capital e tecnologia; do predomínio de autônomos e da

escassa situação de assalariamento; dos estoques reduzidos e da baixa qualidade dos mesmos; das relações diretas com a clientela; dos baixos custos operacionais; da facilidade de mudança de ramo e de realocização espacial do ponto de vendas.

Há, no entanto, características do circuito inferior que não se configuram no espaço do "camelódromo". Nessa situação está a que diz respeito ao fato de que esse circuito *"...encontra os elementos de sua articulação na cidade e na região, enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e de sua região"*. (Santos, 1979, p.37). A dinâmica desses camelôs da fronteira ensaia uma trama que impede uma classificação clara dentro de um desses circuitos. É o caso da articulação regional. O "camelódromo", situado numa área específica de uma cidade de fronteira, estende seus interesses a vários pontos do espaço. As compras delimitam uma área que atinge as zonas de produção industrial do Sul (Região Metropolitana de Porto Alegre, zona industrial de Caxias do Sul, vale do Itajaí, Região Metropolitana de Curitiba) e do Sudeste (em especial São Paulo e Rio de Janeiro), além do Paraguai. Para as vendas concorrem os compradores locais (Uruguiana e Paso de los Libres somam mais de 150 mil habitantes), e os dos municípios próximos, mas sobretudo os argentinos, beneficiados no contexto da desvalorização da moeda brasileira em relação à platina (Mapa 2).

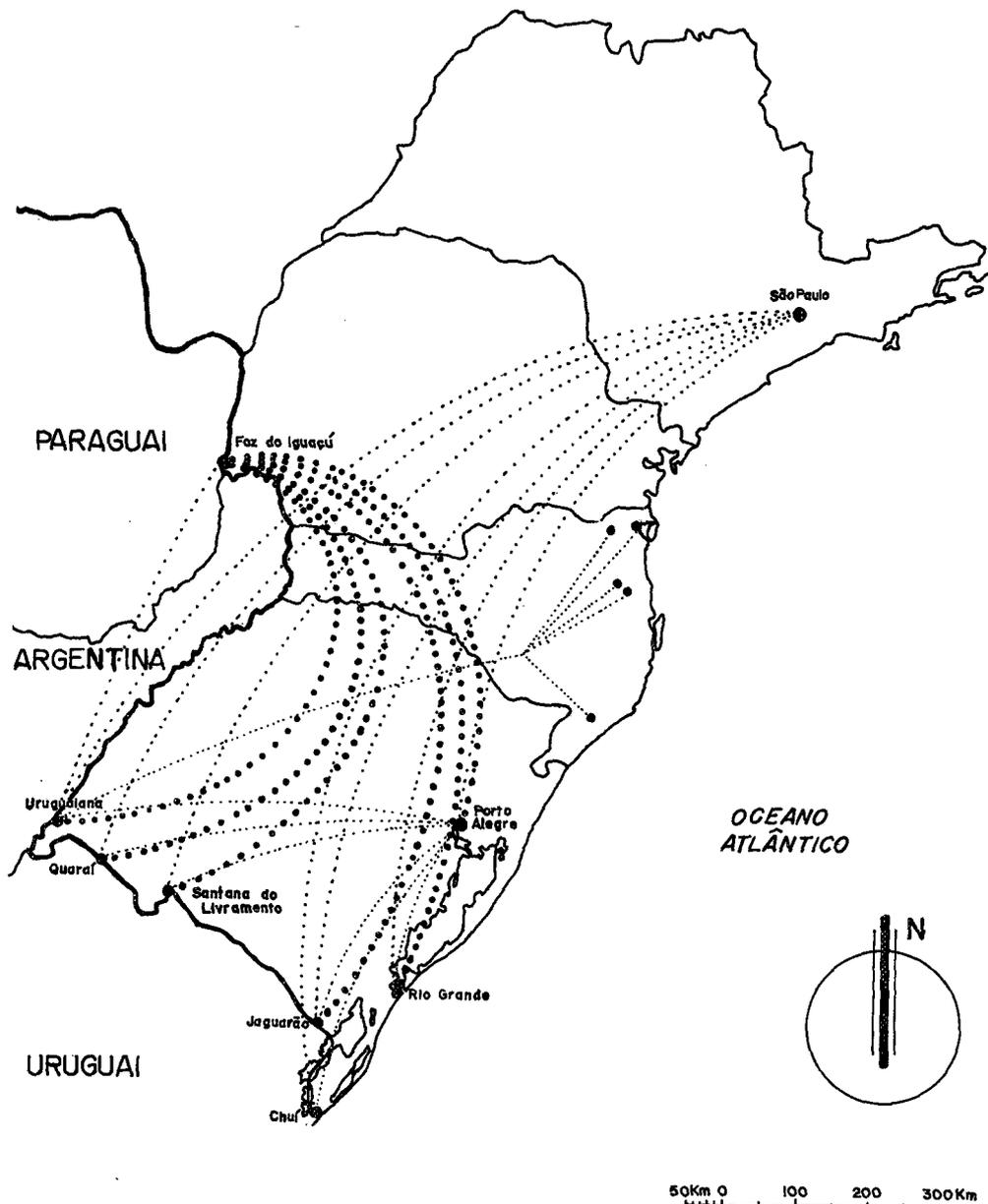
A AMBIGÜIDADE DO PODER PÚBLICO

A presença dos espaços centrais ocupados por camelôs põe em pauta o papel da atividade na economia regional e o papel do poder público diante das estratégias adotadas pelos camelôs na utilização do espaço público; diante do não atendimento de exigências legais para o exercício da atividade; e diante dos conflitos daí resultantes.¹⁰

⁹ Excursões de compras que seguem ao Paraguai, a São Paulo e ao sudeste de Santa Catarina e retornam, sem pernoite, após as compras. Em Santa Catarina não raro as fábricas abrem as portas durante a madrugada para atender a esses compradores, conhecidos como "sacoleiros" pelo baixo volume de compras que realizam a cada excursão.

¹⁰ Reclamações do representante da revenda de cigarros de Sant'Ana do Livramento (Zero Hora; 03-02-94) indica o conflito entre o comércio regular e os camelôs. Segundo aquele representante, as vendas de cigarros nos estabelecimentos caíram em 80%, enquanto circula abertamente na cidade a venda de cigarros brasileiros, tipo exportação, e que, comprados no Paraguai, sem as taxas e impostos que recaem sobre a mercadoria para o consumo nacional, têm preços muito reduzidos.

MAPA 2
LOCAIS DE ABASTECIMENTO DOS CAMELÔS



A Prefeitura Municipal de Uruguaiana, na medida em que os camelôs foram aumentando em números e em que os conflitos começaram a surgir, tanto com os comerciantes estabelecidos quanto com os residentes da área central, passou a adotar algumas medidas de cunho fiscalizador. Mas, nunca houve medidas mais restritivas ou punitivas ao uso da área pública.

A primeira medida adotada foi o estabelecimento da "Concessão de Uso de Área". Ainda que os camelôs paguem regularmente essa taxa, a impossibilidade de fiscalização gera vários desvios. Entre eles o mais comum é a venda do ponto para novos moradores da cidade e para aqueles que já têm um ponto. Entre outubro de 92 (término da pesquisa) e outubro de 93 (atualização dos dados) não houve alteração do número

de camelôs, segundo a Prefeitura Municipal, mas o número de concessões de "Uso de Área" passou de 1 309 para 1 360. No período, a inflação encareceu os produtos, mesmo para os compradores argentinos, o que implicou o término da expansão da atividade e atrasos no pagamento da taxa de concessão por parte de alguns camelôs, o que raramente era verificado nos dois primeiros anos do "camelódromo".

A questão da autorização ou licenciamento dos camelôs é um ponto polêmico. A ação do poder público municipal, conforme contato com diversas prefeituras do estado, se faz de forma inconsistente. Alteram-se atitudes e períodos de maior controle e repressão, com fiscalização intensificada, multas, cassação de licenças e apreensão de mercadorias (rapidamente repostas), com períodos "permissivos" em que o controle não vai além do mero cadastro.

O fornecimento de licença, com ou sem cobrança de taxa pelo uso do espaço público para o desempenho da atividade, não é uma prática em todas as prefeituras. Mais freqüente é o estabelecimento de locais específicos para a instalação dos pontos de venda, o que atende, em parte, aos interesses do comércio regularmente estabelecido, mas que nem sempre é acatado pelos camelôs, na medida em que, via de regra, a localização da área não atende às expectativas. A definição de área tem representado, em diversas cidades, uma fonte contínua de conflito entre os dois segmentos do comércio e a municipalidade. A existência de associação de classe de ambulantes¹¹ resulta numa forma de organização capaz de arregimentar forças e argumentos em defesa dos interesses nos embates com o comércio regular, intermediados pelo poder público.

Em Porto Alegre, a administração municipal diferencia o ambulante, que pode dispor de alvará pagando uma taxa anual de cerca de US\$ 60 à prefeitura (valor em outubro de 93), do camelô que não recebe um alvará, porque não tem base legal para esse licen-

ciamento. No entanto, desde 1991 os camelôs vêm sendo cadastrados e sua expansão tem sido controlada. O alvará fornecido aos ambulantes os autoriza a vender produtos nacionais: confecções, calçados, bijuterias, artesanato, etc. Circulam pela cidade, eventualmente mantendo um ponto. Existem cerca de três mil ambulantes cadastrados em Porto Alegre, o que supera o número daqueles que efetivamente se utilizam dessa atividade.

Em relação aos camelôs, com dificuldades para fiscalização e tomada de decisão, a Prefeitura mantém apenas um controle sobre os pontos de venda. Cerca de 800 camelôs atuam diariamente no centro de Porto Alegre. Pouco mais de 500 estão cadastrados. Outros 200 estão cadastrados e trabalham em duas áreas de importante movimento comercial, fora do centro, número que se eleva nos finais de semana e de mês.

A comercialização de produtos trazidos do Paraguai, presentes em grande parte das barracas, corresponde a um contrabando sujeito à ação da Polícia Federal. Às eventuais "batidas", com retirada das mercadorias, no entanto, os camelôs respondem com a reposição quase imediata dos produtos, indicando a vinculação desse abastecimento por setores mais fortes, que garantem os estoques, que são guardados em hotéis de baixa categoria e em salas alugadas em prédios centrais.

A falta de visibilidade que o setor informal, e nele o camelô, tem perante o estado, e que é apontada por diversos autores, decorre de sua inexistência jurídica, já que, como afirma Azevedo (1985, p.34) esse comércio "...se caracteriza pela reduzida formalização jurídico-institucional..." Analisando a questão, Cacciamali (1989, p.34) considera que "...a invisibilidade frente ao Estado representa a forma como, nesta década, os agentes econômicos estão enfrentando a instabilidade política e social do País e a estagnação do nível da atividade econômica".

É difícil, senão impossível, estabelecer o *quantum* de participação do setor informal

¹¹ No Rio Grande do Sul funciona um Sindicato de Ambulantes, com sede em Porto Alegre, que coordena algumas delegacias regionais, como a de Uruguaiana. As dificuldades para sindicalizar e, por essa via, cadastrar os que atuam no comércio de rua são enormes. Um dos embates com as municipalidades diz respeito à concessão de alvará sem a devida quitação do imposto sindical, fonte básica de renda do Sindicato. O número de camelôs constante no cadastro do Sindicato diverge muito da realidade, mas permitem uma aproximação ao total dos camelôs em algumas cidades: são 700 os cadastrados em Uruguaiana.

na renda de um país ou de uma cidade. Valores em torno de 50% são citados com frequência e têm sido utilizados como argumento para desenvolver programas voltados à promoção de microempresas. Bendlin (1992, p.3), diz que "*...en los últimos años la típica actitud hostil y apática de los gobiernos y otros sectores de la sociedad hacia el sector informal ha dado un giro hacia un deseo de apoyo y respuestas a sus necesidades*". Para a autora "*...los gobiernos de América Latina, casi sin excepción, se encuentran en diferentes etapas de desarrollo de políticas y programas favoreciendo el sector informal*." Pode-se, no entanto, pensar que essas medidas representam, junto a outros objetivos, a possibilidade de fazer aflorar esta produção, tornando-a visível e capaz de ser tributada.

CONCLUSÕES

Mesmo que este trabalho represente uma primeira aproximação à realidade do comércio de rua, tomando como exemplo principal uma cidade da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul; que os dados coletados sejam incipientes e que, pelas características dessa atividade, problemáticos; é possível concluir-se pela complexidade e dinamicidade das situações e dos efeitos socioespaciais que estão envolvidos na origem e na expansão desses camelôs que atuam na fronteira, problematizando as referências existentes. Os dados levantados permitem, ainda, refletir quanto à permanência desse comércio, como atividade plenamente inserida no contexto da dinâmica socioeconômica de nossas cidades, nesse final de século, em especial devido à capacidade em oferecer condições de renda com baixos investimentos em capital. Mas, apontam, paralelamente, a efemeridade da dimensão que assumiu, na fronteira, como reflexo de uma dada conjuntura econômica.

O aumento significativo dos camelôs na fronteira põe em pauta o papel da atividade na economia regional e na transformação do espaço urbano. É exatamente essa dimensão espacial (fronteira) que tumultua a análise sobre a permanência ou a efemeri-

dade do comércio de rua nas condições que se apresenta nos centros urbanos da fronteira meridional. Ao mesmo tempo conduz à necessidade de refletir sobre a presença dos camelôs no cotidiano da cidade e sobre a trama de relações mantida entre esses camelôs, a indústria e o comércio regularmente implantados, identificando os vínculos regionais estabelecidos para atender ao abastecimento desse comércio de rua.

No caso da fronteira, as possibilidades de negócio extravasam os limites do urbano e o comércio de rua, assim como o formal, oscila ao sabor da conjuntura cambial. Esta dinâmica perturba a avaliação e concorre para situá-los em uma outra perspectiva: o da efemeridade e o da variação cíclica. Por outro lado, se acompanharmos o raciocínio de Bentancor (1993, p.5) quando afirma que "*...si tenemos en cuenta que la integración tiende a eliminar las diferencias, estaríamos ante un impacto de gran gravitación sobre las zonas fronterizas, de amplio espectro de consecuencias socio-econômicas...*", problematiza-se sobremaneira o pensar/planejar essas cidades e o enfrentar o futuro quanto à ocupação e renda para esse segmento da população.

Uma análise mais consistente, que subsidie a gestão pública e norteie as ações dos agentes envolvidos, deve ser promovida. Nesse sentido torna-se indispensável o conhecimento mais profundo de como se comporta no espaço concreto, na realidade local, o entrelaçamento da ação dos camelôs com o setor legal (pequenos e grandes empresários, atacadistas, lojistas) e com outros setores da informalidade; quanto desta trama (sobretudo em serviços complementares) se estabelece no âmbito da cidade; e quanto pode representar em riqueza gerada para a comunidade.

De outra parte o convívio entre os diferentes segmentos sociais, conseqüentemente entre diferentes interesses, implica a necessidade de uma análise sobre os elementos de coesão que existem entre esses camelôs e as práticas que adotam no confronto com o setor formal e com o estado, bem quanto às aspirações e perspectivas que encaminham suas ações.

BIBLIOGRAFIA

- ALBORNOZ, V. P. L. *Trabalhadores em comércio de rua em Quaraí e na fronteira Livramento-Rivera - origem e relações de trabalho*. Sant'Ana do Livramento: URCAMP, 1993. datilogr.
- ANUÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1987.
- AZEVEDO, B. R. Z. A produção não capitalista: uma discussão teórica. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1985. (Teses, n.10).
- _____. A pequena produção manufatureira: uma interpretação à luz de uma nova problemática de desenvolvimento. *Ensaio da Fundação de Economia e Estatística*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 1993.
- BARROS, N. C. Migrações, urbanização e setor informal: estudo sobre as formas de comercialização em área de emigração para as metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.66, p.105-112, 1988.
- _____. Território e setor informal: avaliação bibliográfica. *Cadernos de Geociências*, Rio de Janeiro, n. 9, 1993.
- BENDLIN, C. *Procesos de integración y la regularización de la economía informal en ciudades de frontera*. Comunicação apresentada no II Encontro de Estudos de Fronteira, Uruguiana, 1992.
- BENTANCOR, G. Mercosur - *adecuación a la integración regional: perspectivas desde un área fronteriza*. Comunicação no Colóquio Internacional Identidade Cultural e Formas de Colaboração em Áreas de Fronteira, promovido pela AEBA, Instituto Goethe e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, novembro/1993.
- CACCIAMALI, M. C. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.19, p.25-48, 1989. Número especial.
- CAVALCANTI, C. Economia oculta, pequena produção, mercado informal ou circuito inferior: tentativa de precisar um conceito para o setor informal. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 39, n. 5/6, p. 499-504, 1987.
- COSTA, E. G. *Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nova Stella, 1989.
- MARTINS, S. F. *Ambulantes na área central de Rio Grande e no Cassino*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1993. datilogr.
- NEVES, G. *Fronteira, identidade regional e integração*. Comunicação apresentada no II Seminário Técnico de Integração da América Latina. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.
- PIRES, K. S. B., LOPES FILHO, O. V. *A influência que o comércio ambulante exerce no menor quanto à marginalidade e à evasão escolar*. Uruguiana: FAFIUR/ Campus II da Pontifícia Universidade Católica, 1993.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SCHÄFFER, N. Fronteira: comércio, contrabando, camelôs. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 4., 1993. *Memória*. Mérida, Venezuela: [s. n.], 1993.
- SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- SORJ, B. Vendedores ambulantes: visibilidade social e invisibilidade sociológica. *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, v.15, n. 269, maio/jun. 1993.
- SOTO, H. *Economia subterránea: uma análise da realidade peruana*. Rio de Janeiro: Globo, 1986.
- VILLORIA, A. M. L. La construcción de la informalidad: el valle de Chalco. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 3., 1991. *Memória*. Toluca, México: [s. n.], 1991. p.130-144.

RESUMO

As referências ao comércio de rua em cidades do País têm destacado o papel dessa atividade, sua relação com a ocupação de trabalhadores urbanos e a multiplicidade de formas que assume. Sua expansão recente, as perspectivas de renda e os efeitos sobre o urbano são questões polêmicas. Estudos recentes indicam, para o contexto atual deste comércio, novos aspectos que revestem e modificam as características mais tradicionais da atividade e seu papel na organização dos espaços centrais das cidades. O texto aborda o crescimento do comércio de rua, as características que apresenta em relação à configuração tradicional desse comércio e seus efeitos socioespaciais, tomando como exemplo situações verificadas na fronteira do Rio Grande do Sul. Analisa, em especial, o caso de Uruguaiana, segunda maior cidade na fronteira Brasil-Argentina, onde houve um crescimento rápido da presença de camelôs, como uma estratégia que penetrou a fronteira meridional acompanhando a forte desvalorização da moeda brasileira em relação à platina, nos últimos anos.

ABSTRACT

The references to the street trade in the cities of the Country have emphasized the role of this activity, its relationship with the employment of urban workers and the multiplicity of forms that it takes. Its recent expansion, the income perspectives and the effects into the urban are polemic questions. Recent studies show, for the actual context of this trade, new aspects that attire and modify the most traditional characteristics of the activity and its role in the organization of the cities central areas.

The article approaches the street trade growth, the characteristics that it presents in relation to the traditional aspects of this kind of trade and its social and spatial effects, taking as an example the street trade in the boarder of Rio Grande do Sul. It especially analises the case of Uruguaiana, second biggest city in the Brazil-Argentina boarder, where there was a fast growth in the peddler's presence, as a strategy that reached into the meridional boarder, following the strong devaluation of the Brazilian currency in relation to the argentinian and to the uruguaian currency in the last years.